

Orçamento não será alterado

A Comissão Mista Permanente de Orçamento do Congresso Nacional deve concluir, hoje, a votação dos 56 relatórios setoriais em que foi dividido o projeto de Orçamento Geral da União para 1991. Segundo o vice-presidente da comissão, deputado Ziza Valadares (PSDB-MG), em função da exiguidade de recursos e das próprias normas da comissão, nenhuma mudança substancial foi ou será aprovada ao projeto original do Executivo, que prevê a receita e fixa a despesa dos três poderes da República em Cr\$ 8 trilhões 677 bilhões.

Caso a votação dos relatórios setoriais seja realmente encerrada hoje (até o final da tarde de ontem, ainda faltavam ser discutidos e aprovados 22 relatórios e previa-se que a reunião da comissão se prolongaria até a madrugada), Valadares prevê que o relator-geral, deputado João Alves (PFL-BA), poderá concluir o seu parecer até segunda-feira e, na quarta ou quinta, o projeto já terá condições de estar sendo submetido à votação final no plenário do Congresso Nacional. Com isso, não seria necessário adiar o recesso parlamentar, que — por norma constitucional — não pode ser iniciado antes da aprovação do Orçamento do ano seguinte.

Ao todo, deputados e senado-

res apresentaram 13 mil 356 emendas ao projeto de Orçamento, porém menos de cinco por cento delas estão sendo aproveitadas nos relatórios setoriais. Por isso, até ontem, a grande esperança dos parlamentares era a possibilidade de constatação de uma receita maior que a prevista pelo Governo. Segundo a deputada Irma Passoni (PT-SP), a previsão de arrecadação feita pelo Ministério da Economia estaria subestimada em aproximadamente Cr\$ 800 bilhões (em valores de maio de 1990, que servem de base para a elaboração de todo o Orçamento). Para o deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE), a diferença seria menor: Cr\$ 600 bilhões. De qualquer forma, tais recursos seriam suficientes para atender algumas emendas importantes, como as que repõem verbas da Seguridade Social (que teriam sido desviadas, no projeto do Governo, para outras atividades) ou cumprem norma constitucional que destina um mínimo de nove por cento da arrecadação para o ensino fundamental.

Porém, apesar de essa possibilidade de maior arrecadação já ter sido confirmada por técnicos da Receita Federal a alguns deputados, há parlamentares que duvidam que isso realmente possa ocorrer, em virtude de recessão.